



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CONSELHO DEPARTAMENTAL -26/08/2016

1 ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DEPARTAMENTAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO  
2 (CE), DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (UFES), REALIZADA NO DIA VINTE E  
3 SEIS DE AGOSTO DE DOIS MIL E DEZESSEIS (26/08/2016), PRESIDIDA PELA PROFESSORA  
4 DRA. **CLÁUDIA MARIA MENDES GONTIJO**, DIRETORA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO  
5 (CE), COM A PRESENÇA DOS SEGUINTE CONSELHEIROS: **ROGÉRIO DRAGO** VICE-DIRETOR  
6 DO CE; **EDSON MACIEL JUNIOR**, CHEFE DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, POLÍTICA E  
7 SOCIEDADE (DEPS); **KEILA TEIXEIRA**, REPRESENTANTE DO DEPARTAMENTO DE  
8 LINGUAGENS, CULTURA E EDUCAÇÃO (DLCE); **INÊS OLIVEIRA RAMOS**, CHEFE DO  
9 DEPARTAMENTO DE TEORIAS DO ENSINO E PRÁTICAS EDUCACIONAIS (DTEPE), **ANDRESSA**  
10 **MAFEZONI CAETANO**, REPRESENTANTE DO COLEGIADO DO CURSO DE LICENCIATURA EM  
11 PEDAGOGIA (COLPED), **DULCINEA CAMPOS SILVA**, REPRESENTANTE DO COLEGIADO DO  
12 CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO (COLEC), **DAISA TEIXEIRA**,  
13 REPRESENTANTE DO COLEGIADO DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA – EAD,  
14 **ROSEMEIRE SANTOS BRITO**, REPRESENTANTE SUPLENTE DO CE NO CONSELHO DE ENSINO,  
15 PESQUISA E EXTENSÃO (CEPE). **EDNALVA GUTIERREZ RODRIGUES**, REPRESENTANTE DO  
16 CE NO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (CEPE); **JOÃO MOREIRA DUTRA**  
17 **FILHO**, REPRESENTANTE DOS SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO DO  
18 CE E DIRETORA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL CRIARTE. AUSÊNCIA JUSTIFICADAS:  
19 JANAÍNA SILVA COSTA ANTUNES, DIRETORA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL CRIARTE,  
20 RAFAEL KETLEY DEMUNER, REPRESENTANTE DOS SERVIDORES TÉCNICO-  
21 ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO DO CE, IGUATEMI SANTOS RANGEL, REPRESENTANTE  
22 DOS NÚCLEOS E LABORATÓRIOS DO CE; REPRESENTANTE DISCENTE; REPRESENTANTE  
23 DISCENTE. Havendo *quorum* legal, a senhora presidente, professora Dra. Cláudia Maria Mendes  
24 Gontijo, iniciou a sessão às nove horas e dez minutos. INFORMES: 1. Protocolado n.º 755966/2016-  
25 74 – Doação de suprimentos para impressoras do CE. 2. Revista educação profissional – Boletim  
26 Técnico do SENAC. v. 42, janeiro/abril. 3. Fórum de Diretores da UFES: A Presidente relatou sobre a  
27 discussão do Estatuto. 4. A Conselheira Rosemeire Santos informou sobre o processo do estudante  
28 desligado do PPGE que retornará ao Colegiado. 5. A conselheira Ednalva Gutierrez Rodrigues  
29 informou sobre a nova resolução que regulamente as contratações de professores substitutos. 6. A  
30 conselheira Daísa Teixeira informou sobre a infraestrutura organizada pela Sead para realização da  
31 pesquisa eleitoral do Centro de Educação. 7. Feira de produtos agrícolas. PAUTA: 1. Ata da Sessão  
32 Ordinária do Conselho Departamental do CE realizada no dia 12/08/2016: **Aprovada por**  
33 **unanimidade**. 2. Protocolado n.º 012624/2016-66 – Projeto básico para concurso de professor EBTT  
34 – CEI Criarte: A presidente informou que o Conselho já aprovou a abertura do concurso e disse que  
35 Projeto básico foi elaborado exatamente conforme o do concurso anterior. Após esclarecimentos, o  
36 conselho **aprovou por unanimidade** o projeto. 3. Protocolado n.º 754595/2016-11 – DEPS –  
37 Solicitação da professora Dulcinea Campos Silva de passagens e diárias para participar do Encontro  
38 Nacional das Licenciaturas em Educação do Campo, em Brasília, no período de 12 a 15 de setembro  
39 de 2016: Considerando a importância de participação dos docentes no evento nacional que discutirá e  
40 avaliará os cursos de licenciatura em Educação do Campo, o Conselho **aprovou por unanimidade** a  
41 concessão de passagens. 4. Protocolado n.º 754589/2016-56 – DLCE – Solicitação da professora  
42 Ericler Oliveira Gutierrez Quedraogo de passagens e diárias para participar do Encontro Nacional das  
43 Licenciaturas em Educação do Campo, em Brasília, no período de 12 a 15 de setembro de 2016:  
44 Considerando a importância de participação dos docentes no evento nacional que discutirá e avaliará



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CONSELHO DEPARTAMENTAL -26/08/2016

45 os cursos de licenciatura em Educação do Campo, o Conselho **aprovou por unanimidade** a  
46 concessão de passagens. **5. Processo n.º 012690/2016-36** – Solicitação da estudante Maria Christ de  
47 ajuda de custo para participar do Encontro Nacional das Licenciaturas em Educação do Campo, em  
48 Brasília, no período de 12 a 15 de setembro de 2016: Considerando a importância de participação dos  
49 discentes no evento nacional que discutirá e avaliará os cursos de licenciatura em Educação do  
50 Campo, o Conselho **aprovou por unanimidade** a concessão da ajuda de custo de R\$ 600,00. **6.**  
51 **Processo n.º 012688/2016-67** – Solicitação da estudante Maria da Penha Guilherme de ajuda de custo  
52 para participar do Encontro Nacional das Licenciaturas em Educação do Campo, em Brasília, no  
53 período de 12 a 15 de setembro de 2016: Considerando a importância de participação dos discentes no  
54 evento nacional que discutirá e avaliará os cursos de licenciatura em Educação do Campo, o Conselho  
55 aprovou por unanimidade a concessão da ajuda de custo de R\$ 600,00. **7. Processo n.º 012673/2016-**  
56 **07** – Homologação do *ad referendum* da Diretora do Centro de Educação que aprovou a solicitação da  
57 professora Junia Freguglia Machado Garcia de afastamento para cumprir a primeira missão do  
58 programa de Licenciaturas Internacionais (PLI), na cidade de Lisboa, no período de 15 a 25 de  
59 setembro de 2016. **8. Processo n.º 012461/2016-11** – Solicitação da professora Andréa Antolini Grijó  
60 de afastamento para realização de atividade esporádica remunerada: **Aprovada por unanimidade.** **9.**  
61 **Protocolado n.º 733656/2015-18 – DLCE** – Criação da disciplina Didática, ofertada pelo Departamento  
62 de Linguagem, Cultura e Educação, com carga horária de 75h: O Conselho **aprovou por unanimidade**  
63 a criação da disciplina com carga horária de 75 horas, com a distribuição da carga horária total, de 75  
64 (setenta e cinco) horas teóricas, 0 hora de exercício e 0 hora de laboratório, com 5 créditos, assim  
65 como a equivalência entre a disciplina EPS06048 e a disciplina a ser criada. O DLCE será responsável  
66 por sua oferta para o curso de Licenciatura em Música, versão 2011. **10. Processo n.º 012501/2016-25**  
67 – Termo de adesão como prestador de serviço voluntário do professor Eder Lira para ministrar a  
68 disciplina EPS06048 – Didática, no período de 5/9/2016 a 4/12/2016: O conselho **aprovou por**  
69 **unanimidade** o Termo, recomendando o acompanhamento das atividades do docente pelo  
70 departamento. **11. Protocolado n.º 752132/2016-15** – Ensino de Noções básicas da Lei Maria da  
71 Penha: A Conselheira Rosemeire Santos Brito leu o relato e parecer, *in verbis*: *O presente parecer é o*  
72 *resultado de leitura crítica do Anexo do Ofício n.º.399/2016/GR/UFES, que apresenta à Assembleia*  
73 *Legislativa do Estado do Espírito Santo proposta de projeto de lei voltado ao ensino de noções básicas*  
74 *da Lei Maria da Penha nas escolas estaduais do estado do Espírito Santo. Trata-se de iniciativa que*  
75 *propõe o ensino obrigatório dessas noções básicas nos estabelecimentos de Ensino Médio, da rede*  
76 *pública estadual do Espírito Santo (Art.1º), como iniciativa que tem como propósito: contribuir para o*  
77 *conhecimento da comunidade escolar acerca da Lei n.º.11.340 – Lei Maria da Penha (inciso I, Art. 2º),*  
78 *impulsionar as reflexões sobre o combate à violência contra a mulher, divulgando os serviços já*  
79 *existentes no ES para o atendimento às mulheres (inciso II, Art. 2º) e, por fim, conscientizar*  
80 *adolescentes, jovens e adultos, estudantes e professores, que compõem a comunidade escolar, da*  
81 *importância do respeito aos Direitos Humanos, notadamente os que refletem a promoção da igualdade*  
82 *de gênero (inciso III, Art. 2º). Em primeiro lugar, apresentamos nossos sinceros cumprimentos à*  
83 *administração central da Universidade Federal do Espírito Santo e, de forma mais específica, a*  
84 *Senhora Vice-Reitora da UFES Profa. Dra. Ethel Leonor Noia Maciel, pela iniciativa, em atenção à*  
85 *responsabilidade assumida pela universidade perante a ONU Mulheres, em dezembro/2015, por meio*  
86 *da adesão à campanha Eles por Elas. Sem sombra de qualquer dúvida, poder contar com uma*  
87 *administração sensível e, ao mesmo tempo, comprometida com causa tão relevante, constitui um*  
88 *grande incentivo para a valorização de pesquisas, atividades de ensino e ações de extensão que*



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CONSELHO DEPARTAMENTAL -26/08/2016

89 possam contribuir para a construção de uma sociedade baseada em relações de gênero mais  
90 equitativas entre homens e mulheres, em todos os campos e esferas da vida social. Contudo, após  
91 exame e análise dos documentos encaminhados ao Centro de Educação, avaliamos ser necessário  
92 pontuar algumas questões fundamentais acerca das possibilidades de atuação desse centro formativo  
93 nesse campo. Para tanto, iniciamos nossa argumentação tecendo algumas considerações sobre o  
94 modo como as relações de gênero podem estar organizadas em relações intrafamiliares baseadas em  
95 uso da violência como forma de comunicação entre sujeitos. Conforme Oliveira & Brito (2008),  
96 concepções rígidas de gênero permeiam e fundamentam os conflitos familiares, muitas vezes,  
97 expressos de forma violenta. Em muitos casos, O convívio com padrões de comunicação de natureza  
98 violenta se arrasta há anos e se expressa em agressões verbais, ofensas e humilhações nos  
99 momentos de maior conflito intrafamiliar. Em situações de acirramento dos ânimos e de menor abertura  
100 para a comunicação, a violência moral pode culminar em agressão física. Há relatos de recurso a  
101 tapas, empurrões, safanões durante as discussões. Em casos mais graves e complexos, com a  
102 recorrência da violência moral e física, instala-se um quadro de violência psicológica, em que  
103 especialmente as mulheres se veem aprisionadas na condição de vítimas (p.2)<sup>1</sup>. De semelhante modo,  
104 o recurso ao registro da violência, sob a forma de um boletim de ocorrência, também é uma prática  
105 constante de muitas mulheres que buscam alguma forma de apoio para lidar com esse tipo de  
106 dinâmica. Há, por muitas delas, a expectativa de que tal dispositivo funcione como uma advertência ao  
107 companheiro, como uma espécie de prensa, capaz de frear impulsos agressivos, mas, sobretudo,  
108 proporcionar ao companheiro uma mudança de comportamento frente aos conflitos amorosos e  
109 familiares. Assim sendo, constata-se que o enfrentamento dos fenômenos da violência intrafamiliar e  
110 da violência de gênero requerem mudanças que possam ser produzidas em processos educativos. Não  
111 é suficiente termos legislação e algum conhecimento sobre ela. É preciso sólido compromisso de  
112 construção de identidades subjetivas e sociais generificadas, mas baseadas em símbolos, normas,  
113 valores e significados incompatíveis com o uso sistemático da violência como forma de comunicação,  
114 exercício de domínio e silenciamento do outro. Nesse sentido, entende-se que a incorporação dessa  
115 temática, de forma transversal, na formação de professores e professoras, se dá por outras vias, para  
116 além do conhecimento minucioso de preceitos legais e recursos psicossociais de atendimento às  
117 mulheres vítimas da violência. O Centro de Educação da UFES, campus Goiabeiras, é responsável  
118 direto pelos cursos de Pedagogia e Educação do Campo, assim como por outras quinze licenciaturas,  
119 com a oferta de disciplinas obrigatórias na formação de professores. Em qualquer uma delas, a  
120 problematização das relações de gênero pode constituir tema transversal, fundamental, na formação de  
121 sujeitos históricos conscientes, livres e capazes de se apropriar da cultura, por meio da escolha de  
122 repertórios culturais e identitários condizentes com a promoção da igualdade de gênero. Entendemos  
123 que, para que tal intento seja realizado, não ser suficiente proporcionar noções básicas da Lei Maria da  
124 Penha, pelo contrário, é necessário analisar o modo como meninos/meninas, moças/rapazes,  
125 homens/mulheres estão inseridos em relações sociais assimétricas que reproduzem visões de mundo  
126 baseadas no androcentrismo, ou seja, em tudo aquilo que considera: O ser humano do sexo masculino  
127 como o centro do universo, como a medida de todas as coisas, como o único observador capaz de ditar  
128 as leis, de impor a justiça, de governar o mundo. É precisamente esta metade da humanidade que

<sup>1</sup> OLIVEIRA, M. C. & BRITO, R. S. Gênero e violência intrafamiliar: avaliando serviços de promoção de direitos. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 8 - Gênero, Violência e Poder, 2008, Florianópolis.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CONSELHO DEPARTAMENTAL -26/08/2016

129 possui a força (os exércitos, a polícia), domina os meios de comunicação de massa, detém o poder  
130 legislativo, governa a sociedade, tem em suas mãos os principais meios de produção e é dona e  
131 senhora da técnica e da ciência (Moreno, 1999, p.23)<sup>2</sup>". Desconstruir o pensamento androcêntrico  
132 constitui uma das responsabilidades sociais da educação formal, com vistas ao enfrentamento das  
133 desigualdades de gênero. Desde os primórdios da infância, é preciso proporcionar aos sujeitos da  
134 escolarização formal possibilidades de leitura de mundo que assegurem às mulheres outras  
135 possibilidades de ser e estar no mundo. A discriminação da mulher, em nossa sociedade, começa  
136 muito antes dos desfechos trágicos que podem ser constatados nas alarmantes estatísticas de  
137 feminicídio. Padrões de conduta discriminatória começam a ser ensinados na infância, o que contribui  
138 para separar homens e mulheres em um mundo sexista que fixa, para ambos, papéis sexuais  
139 idealizados e rígidos, que pouco contribuem para o entendimento das dinâmicas de poder que podem  
140 atuar na manutenção da dominação masculina, inclusive no cotidiano de trabalho nas escolas da  
141 educação básica. Acreditamos ser possível atuar na construção de uma sociedade mais justa e  
142 igualitária se pudermos desenvolver, manter, produzir e reproduzir concepções de educação que  
143 valorizem a diversidade de masculinidades e feminilidades presentes nos tempos e espaços escolares,  
144 problematizando as dinâmicas de poder que as constituem e ajudam a formatar identidades de gênero  
145 conformadas a referenciais reprodutores do sexismo e do androcentrismo. Em última instância,  
146 defendemos que a tarefa primordial da educação, nesse campo, consiste na problematização dos  
147 processos e relações, por meio dos quais, homens e mulheres levam vidas imbuídas no gênero, algo  
148 que deve ser feito por meio da reflexão sobre a linguagem androcêntrica presente nas relações de  
149 sociabilidade, sobre as práticas que reproduzem posições sociais reprodutoras do machismo e  
150 legitimadoras do papel de subalternidade direcionado às mulheres e, sobretudo, na análise profunda  
151 dos efeitos de tais práticas nos usos do corpo, na construção e definição das personalidades e na  
152 cultura em seu sentido mais amplo. No limite, trata-se de tarefa coletiva, que deve ser assumida por  
153 todos, na medida em que não basta termos professores sensibilizados na temática, pois precisamos de  
154 profissionais da saúde, operadores do direito, engenheiros, administradores, economistas, etc.,  
155 capazes de assumir tal compromisso. As possibilidades de eficácia da lei, a nosso ver, passam por  
156 esse caminho. Em suma, ao invés de produzir determinações, entendemos ser necessário produzir  
157 questionamentos internos: a UFES aborda a temática das relações de gênero, de forma transversal,  
158 em todas as áreas de conhecimento? Temos professores preparados e comprometidos com a causa  
159 em todas as áreas? Há espaço para tratamento adequado dessa temática, de forma transversal, nas  
160 matrizes curriculares dos diferentes cursos de graduação e pós-graduação? Que tipo de  
161 posicionamento a universidade assume diante do crescimento de pensamentos conservadores que  
162 criminalizam os estudos de gênero? O que pode ser feito, institucionalmente, para apoiar a  
163 disseminação do conhecimento sobre gênero e educação? Considerando o exposto, s.m.j., são essas  
164 as considerações que apresentamos nesse momento, desde já, colocando-nos à disposição da  
165 universidade para trabalhar em prol da valorização dos estudos de gênero e da disseminação de seus  
166 resultados, enquanto estratégia de formação de sujeitos críticos e capazes de romper com o machismo  
167 estrutural que ceifa vidas, sonhos, promessas, desejos e liberdades. Após discussão, o Conselho  
168 **aprovou por unanimidade** o parecer. Nada mais havendo a tratar, a senhora presidente declarou  
169 encerrada a Sessão, às dez horas e cinquenta e cinco minutos. Do que era para constar, eu, Maria

<sup>2</sup> MORENO, MontSerrat. **Como se ensina a ser menina: o sexismo na escola.** DE ARAÚJO, U.F. (coord.). FUZATTO, A. V. (trad.). São Paulo: Moderna; Campinas: Editora da Unicamp, 1999.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CONSELHO DEPARTAMENTAL -26/08/2016

170 Inês Dias de Freitas, secretariando a reunião, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, será por  
171 mim e pelos presentes assinada.

Kalline Pereira Azevê (presente à leitura)

Janápolis (presente à leitura)

João Moreira Dutra Filho

Andressa Mafzoni Castano

Dassani (presente à leitura)

Demétrio dos Santos Brito  
Cafaroljunior